



MAPA CONCEITUAL PARA UMA INTRODUÇÃO CARTOGRÁFICA:

PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA EM DOURADOS-MS

CONCEPTUAL MAP FOR A CARTOGRAPHIC INTRODUCTION: HOMELESS PERSON IN

DOURADOS-MS

MAPA CONCEITUAL PARA UNA INTRODUCCIÓN CARTOGRÁFICA: PERSONA EN SITUACIÓN

DE CALLE EN DOURADOS-MS

Barbara Hellen Felipe Lube¹

Conrado Neves Sathler²

Maria de Lourdes Dutra³

Resumo

Este artigo se refere a um mapeamento dos processos conceituais ocorridos às(ao) autor(as) durante o levantamento da dinâmica da População em Situação de Rua (PSR) na cidade de Dourados, MS – Brasil. A partir das concepções de campos teórico e prático, observações, experiências, leituras e memórias, de debates no grupo de pesquisa TDI - Território, Discurso e Identidade e, ainda, somadas às considerações da banca no exame de qualificação de dissertação produzida no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal da Grande Dourados, foi construída uma nuvem de palavras com os conceitos de Capitalismo, Colonialidade e Território, entre outros, para analisar seus atravessamentos na PSR. Este mapeamento conceitual foi construído com o objetivo de elaborar as percepções moldadas na elaboração da pesquisa e nas reflexões sobre a PSR. O resultado final foi a produção de uma escrita no modelo cartográfico, uma vez que acompanha as pistas no desenvolvimento conceitual e das ações, sem métrica preestabelecida. Apontamos uma (in)visibilidade seletiva da PSR diante de outros grupos e do Estado. Nesse percurso, observamos um objeto em constante movimento que não permite conclusões estanques e percebemos ser imprescindível a consideração da realidade social encontrada pela PSR para novas produções que possam resultar em produtos significativos de acolhimento e assistência a esse grupo. Desta forma, este texto se dirige a cientistas sociais, geógrafos e historiadores que pesquisam o grupo de PSR.

Palavras-chave: Dourados. (In)visibilidade. Subjetividade. Territorialidade.

¹ Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados, MS, Brasil. E-mail: barbarahflube@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0009-0005-2452-7493>

² Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados, MS, Brasil. E-mail: conradosathler@ufgd.edu.br ORCID <https://orcid.org/0000-0003-0091-1042>

³ Universidade Federal da Grande Dourados, UFGD, Dourados, MS, Brasil. E-mail: mlourdes.dutra1@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0003-3845-7914>



Abstract

This article refers to a mapping of the conceptual processes that occurred to the author(s) during the survey of the dynamics of the Homeless Population (PSR) in the city of Dourados, MS – Brazil. From the conceptions of theoretical and practical fields, observations, experiences, readings and memories, from debates in the research group TDI - Território, Discurso e Identidade and, also, added to the considerations of the board in the qualification exam of the dissertation produced in the Program of Graduate in Psychology at the Federal University of Grande Dourados, a word cloud was built with the concepts of Capitalism, Coloniality and Territory, among others, to analyze their crossings in the PSR. This conceptual mapping was constructed with the objective of elaborating the perceptions shaped in the research elaboration and in the reflections on the PSR. The end result was the production of writing based on the cartographic model, as it follows the clues in the conceptual development and actions, without pre-established metrics. We point out a selective (in)visibility of the PSR before other groups and the State. Along the way, we observe an object in constant movement that does not allow watertight conclusions and we realize that it is essential to consider the social reality found by the PSR for new productions that may result in significant products of reception and assistance to this group. In this way, this text is addressed to social scientists, geographers and historians who research the PSR group.

Keywords: Dourados. (IN)visibility. Subjectivity. Territoriality.

Resumen

Este artículo se refiere a un mapeo de los procesos conceptuales que le ocurrieron al autor durante el estudio de la dinámica de la Persona en situación de calle (PSR) en la ciudad de Dourados, MS – Brasil. A partir de concepciones de campos teóricos y prácticos, observaciones, experiencias, lecturas y memorias, debates en el grupo de investigación TDI - Territorio, Discurso e Identidad y, además, sumado a las consideraciones del panel en el examen de calificación de tesis elaborado en el Postgrado en Psicología de la Universidad Federal de Grande Dourados, se construyó una nube de palabras con los conceptos de Capitalismo, Colonialidad y Territorio, entre otros, para analizar sus cruces en el PSR. Este mapeo conceptual fue construido con el objetivo de elaborar las percepciones moldeadas en la elaboración de la investigación y en las reflexiones sobre la RSP. El resultado final fue la producción de escritura en el modelo cartográfico, ya que sigue las pistas en el desarrollo conceptual y de acciones, sin métricas preestablecidas. Señalamos una (in)visibilidad selectiva del PSR en relación con otros grupos y el Estado. En el camino, observamos un objeto en constante movimiento que no permite sacar conclusiones irrefutables y nos dimos cuenta de que es fundamental considerar la realidad social que enfrenta el PSR para nuevas producciones que puedan resultar en productos significativos de acogida y asistencia para este grupo. De esta manera, este texto está dirigido a científicos sociales, geógrafos e historiadores que investigan el grupo PSR.

Palabras-clave: Dorados. (In)visibilidad. Subjetividad. Territorialidad.

O mapa conceitual que expomos é uma forma de reconhecer e descrever, a partir do olhar das pesquisadoras – mestrande e co-orientadora – e do pesquisador – orientador da dissertação – que constroem esse texto, um fluxo de elaborações que ocorrem no processo de investigação que se tornou mais compreensível a partir das experiências na própria pesquisa e, também, das intervenções realizadas pelas examinadoras que participaram da qualificação da dissertação de mestrado que ora construímos.



Este mapa conceitual busca apontar a forma como os conceitos e, por extensão, as teorias nos atravessaram desde o início desta pesquisa e como ocorreram suas mutações na medida que as leituras de textos escritos e de territórios urbanos se desenrolaram permitindo a construção de um objeto que, não obstante, se encontra ainda em movimento. Ao mesmo tempo, essas mutações provocaram transformações na subjetividade das(o) autor(as) desta pesquisa.

Trata-se, portanto, de um mapa conceitual que para nós identifica, ao longo do percurso da investigação, os traços das memórias cognitiva e afetiva, das(o) pesquisador(as), e ainda, as mudanças subjetivas subsequentes às buscas de elementos conceituais e teóricos que nos transpassavam. Cada descoberta teórica e cada nova percepção do campo de pesquisa permitiam novos sobrevoos no território, novas relações entre conceitos e população e ressignificação dos traços de memória existencial em cada um(a) de nós.

Assim, o campo não se define apenas pelas dinâmicas observadas em nosso entorno urbano, mas também pelas reminiscências retomadas/evocadas pelas(o) pesquisador(as) e pelos registros de textos escritos que compartilhamos.

Evidentemente, o método cartográfico se mostrou uma força em nossa atuação e principalmente nas nossas relações com o objeto de nossa investigação e com o território que nos produz - grupo de pesquisa e pesquisador(as). Os conceitos relacionados a esse exercício de construção do que chamamos aqui de mapa conceitual (figura 01) são: Pessoa em Situação de Rua, capitalismo, território, colonialismo, subjetividade, estigma, (in)visibilidade, políticas públicas, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), Casa da Acolhida, in(ex)clusão urbana e relações de poder.



Figura 1. Nuvem de Palavras

Esse mapa conceitual é constituído, então, por conhecimentos alçados na construção de um projeto cujo objetivo é verificar como as políticas públicas conceb(em)iam o objeto Pessoa em Situação de Rua. E, para verificar como se constitui esse plano d/nas políticas públicas, examinamos textos e relações entre a Pessoa em Situação de Rua e a população urbana que se imbricam na produção de subjetividade(s) compreendida(s) como PSR.

Buscamos apoio na Geografia para interpretar, por meio de uma base mais sólida, a ocupação dos territórios urbanos. Nosso primeiro contato foi com teorias marxistas e com a interpretação de que havia uma exclusão social de sujeitos não desejáveis ao capitalismo. Esses sujeitos eram não desejáveis por integrarem classes não pertencentes, pelo menos de maneira formal, a uma cadeia produtiva lucrativa e por representarem, entre outras coisas, um resto populacional afastado do círculo de acesso aos bens de consumo (Nascimento, 2000).



As explicações sociológicas acerca dessa posição social, em nossa sociedade cuja história de exclusões tem raízes na colonização, nos levaram a consultar o pensamento decolonial e a (re)pensar os imperativos do capitalismo, do racionalismo e do monoteísmo como regras para as colonialidades do ser, do saber e do poder (Reis, 2022, Quijano, 2005). É possível, por essa abordagem, discutir a centralidade do racismo na constituição de nossa sociedade, o papel das trabalhadoras domésticas que produziam os cuidados das(os) filhas(os) da burguesia até a exploração das(os) trabalhadoras(es) do campo (Quijano, 2005, Souza 2009).

Nesse nosso mapa inicial inserimos também, nesta mesma linha argumentativa, os discursos neoconservadores que também excluem os sujeitos que estão à margem da família patriarcal e do ideal de sujeito cis-hetero-branco-cristão participante da cadeia produtiva formal que mantém a lucratividade do capital (Brown, 2019).

Nosso objetivo então aqui é mostrar como esse mapa conceitual vai nos constituindo e ao mesmo tempo constituindo nosso objeto, alterando nossas percepções e nossas concepções de funcionamento social e de construção de subjetividade até pensarmos essas PSR como inseridas no capitalismo e, portanto, tão objetificadas e tão descartáveis como qualquer outro sujeito social no capitalismo. Para essa construção, nos baseamos no modelo cartográfico de escrita científica (Passos, Kastrup & Escóssia, 2020).

O território urbano: modos de circulação e de ocupação

Nosso envolvimento com os elementos que iam se fazendo presentes no território, permitiu identificar no decorrer da pesquisa que, ao contrário de qualquer significação única já estabelecida, a vida das PSR propicia uma pluralidade de descrições, possibilidades abertas que permitem o estabelecimento de conexões e experimentações em múltiplas dimensões, principalmente sobre as realidades que tomam forma na medida que as narrativas das ruas se entrelaçam com as vivências e subjetividades das(o) pesquisador(as).



No decorrer de nosso trabalho de campo – período em que nosso objeto foi delineado com suas múltiplas formas de entrada –, as relações estabelecidas em diversos planos permitiram uma construção descritiva do espaço urbano e dos diferentes ritmos e vínculos que nele se estabelecem a partir de atores que não “contam” na cena urbana, uma vez que a cidade parece não ter um lugar pré-definido para sua existência. Desse modo, toda a elaboração dessa realidade não tem relação com a perspectiva de uma interpretação do objeto em si, pois não é a partir daí que o (com)texto é construído, mas a partir da “confrontação continua das experiências e das reflexões dos participantes” (Bourdieu, 2003:694).

Isso pode parecer surpreendente porque há inúmeras expectativas, preconceitos e estigmas que espreitam nosso fazer acadêmico e o nosso objeto de pesquisa: - a PSR. No entanto, distante do meio acadêmico, essa população se revela consciente de si, consciente do lugar fronteiro que ocupa em uma sociedade estruturada a partir da capacidade de participação na dinâmica capitalista. Novamente descortina-se um aspecto da vida social, observamos pessoas em uma posição social que, aparentemente, não tomam como referência para sua existência àquela referida pelo Estado, mas que revelam um modo de conduzir a vida que nos mostra também hierarquias e acessibilidades diferentes na circulação pelo território e nas relações estabelecidas para gerar recursos de sobrevivência.

Esse trajeto de pesquisa e de elaboração de textos, nos faz pensar que não há um resultado estanque, que as relações encontradas não apresentam um a *priori*, há enfim um movimento constante que se dá no dia a dia das ruas. Não nos parece possível cristalizar qualquer resultado encontrado. Assim, mapas, levantamentos e manuais não terão função se a percepção dessa realidade não for considerada.

O nosso ponto de partida para essa investigação considerava avaliar o que a Psicologia ou o que as(os) profissionais psicólogas(os) que trabalham na rede de assistência às PSR percebiam, como intervinham, contribuía, ou ainda, como poderiam contribuir para uma melhor qualidade de vida desses sujeitos. Mas logo percebemos, não sem resistência ou sem uma mínima dor, que estávamos



tratando de dois elementos pressupostos e razoavelmente fixos: a Psicologia ou a(o) profissional da Psicologia e a PSR.

Hoje nos parece notório que a academia nos atravessa ultrapassando a seleção de nossos objetos de pesquisa e se estabelece também em condutas de outras esferas, como a administração e a formação de grupos de trabalho. Assim, constatamos que há um modo de fazer pesquisa intrinsecamente presente em diversas outras práticas discursivas. Podemos exemplificar pela busca automatizada por uma espécie de conjunto de procedimentos previamente autorizados e legitimados ou pelo levantamento de processos de trabalho com resultados institucionalmente comprovados como modelos *a priori* para nos balizar. Nossas formas de tomar decisões colegiadas, longamente debatidas e explicadas tornam-se referenciais para nossa segurança.

Sabemos que a atividade acadêmica, principalmente dentro do ambiente do serviço público, encontra um conjunto de manuais de procedimentos operacionais padronizados que indicam a execução particular daquilo que está previamente descrito e a boa execução dessa prescrição é a garantia do reconhecimento do trabalho, esses manuais nos regem nas relações de trabalho e nos garantem estabilidade. Há um contrato de trabalho realizado com essa fundamentação e, ressaltamos, concordamos e aderimos a esse contrato.

Esta prática discursiva não pode, contudo, ser generalizada, nem mesmo para outras atividades ligadas ao serviço público sem deslocamentos fundamentais. Essa constatação provocou em nós um estranhamento inicial fundamental que foi também posto em confronto com as nossas práticas de formação de pesquisadoras(es). A observação dos Centros POP, a entrevista com as(os) profissionais dessa rede e a análise da legislação não nos daria aquilo que desejávamos investigar, da forma como concebíamos a pesquisa. As(os) trabalhadoras(es) dos Centros POP lidam com presenças inusitadas e com ampla gama de situações, no entanto estão aprisionadas(os) em modelos de práticas e às normas institucionais que não alcançam toda a diversidade de vidas que por ali passam, as necessidades materiais não contam todas as suas histórias.



Para demonstrar essas variações, um recorte de reportagem midiática (Agora MS, 2022) sobre a fala de um profissional da Assistência Social sobre o espaço geográfico da cidade e as estatísticas do Instituto de Economia Aplicada (IPEA, 2020) foram utilizadas e esses dados diziam respeito a um aumento exponencial de PSR nos últimos anos. Isso se deu sem aumento efetivo de contingente para atendimento e sem recursos novos, assim, a expectativa de resolutividade nos atendimentos caiu significativamente. A população em pauta, recém chegada às ruas, vindas de tantos outros lugares do mundo, se soma à antiga que tinha sua dinâmica estabelecida. Vamos apontar algumas delas.

Antes de elencarmos alguns tipos encontrados, traremos a informação de uma característica coletiva: a maior parte dessa população tem família morando na cidade em que vive, não são forasteiros ou errantes. Ainda há os casos de PSR cujas famílias sabem da localização e das condições de vida de sua(eu) parente e essas famílias se dispõem a intervir, mas há, por parte da PSR, uma resistência em receber esse tipo de ajuda oferecida.

Como PSR apontamos mulheres anônimas em rota de fuga constante de algum perseguidor conhecido (Silva, 2016). Há trabalhadoras(es), especialmente de recicláveis, que por força da territorialização do trabalho, por medida econômica, mantém a permanência restrita para coleta e venda de seus produtos. Há pessoas com transtornos mentais, usuárias(os) de álcool e outras drogas adaptadas(os) aos espaços nos quais sobrevivem, por vezes com rotinas ligadas aos equipamentos públicos de assistência, à filantropia e, algumas vezes, às próprias famílias. Há, ainda, PSR em trânsito, em busca de trabalho fixo, e PSR em deslocamento constante por motivos únicos.

Em Dourados encontramos também indígenas identificados como PSR. Alguns são vistos como sujeitos folclóricos, integram-se ao centro da cidade enquanto são rejeitados por sua origem e por suas circunstâncias (dificuldades higiênicas pela ausência de lugares para banhos e facilidade para se manterem embriagados).

Não vamos desdenhar das nossas buscas iniciais, a disciplina Exclusão Social e Geografia, cursada na Pós-Graduação em Geografia, as leituras dos manuais de procedimentos do serviço público e da legislação desse campo foram importantes para o amadurecimento próprio e para a compreensão



de que estaríamos reconstruindo o campo na medida em que éramos confrontadas(os) por uma realidade com especificidades, discussões do grupo de pesquisa e pela nossa própria transformação na medida em que íamos somando conhecimentos sempre com deslocamentos a respeito do lugar da Psicologia e também da pluralidade de subjetividades presentes nos ditos sujeitos em situação de rua.

À subjetividade derivada das Políticas Públicas dirigidas à PSR também se somam às nossas representações discursivas. Sem entrarmos nas letras dessas políticas, vamos iniciar nossa reflexão pelo lugar geográfico em que as(os) encontramos: Praça do Parque Alvorada, Praça Antônio João e Praça Dr. Antônio Alves Duarte e os pontos em que se localizam os equipamentos públicos especializados na assistência dessa população: Centro POP e Casa da Acolhida. Nossa primeira observação é que esses lugares são distintos e a Casa da Acolhida está muito distante dos demais pontos, principalmente se pensarmos a Praça Antônio João como espaço central da cidade.

Mapa da cidade com as três praças, Centro POP e Casa da Acolhida

Tomando o enunciado do geógrafo Milton Santos (1996, p. 80) “Será possível interpretar as classes sociais, defini-las, sem considerar a base territorial? [...] o valor do homem, assim como o do Capital, em todas as suas formas, depende de sua localização no espaço”. As três praças cumprem funções na cidade. A praça do bairro Parque Alvorada abre espaço para a feira que abastece com frutas, verduras, legumes, ovos e queijos boa parte dos moradores do bairro. Além disso, é um espaço de lazer e preparado para o exercício de atividades físicas. A praça central - Antônio João - é a praça que abriga a matriz católica, é um espaço amplo para manifestações de classes, religiosas e apresentações artísticas. A praça Dr. Antônio Alves Duarte fica entre um hospital e o ponto de baldeação onde se conectam todas as linhas de ônibus urbanos. Todas essas praças são pontos de encontro ou de passagem na cidade. Desta forma, compreendemos que são também pontos valorizados econômica e politicamente.



A PSR frequenta esses espaços e, até certa medida, deles se apodera sendo, entretanto, uma população intrusa, do ponto de vista do governo da cidade e da comunidade burguesa (ou com pensamento burguês). Conseqüentemente, pode ser invisibilizada como forma de defesa dessa comunidade burguesa, para suportar sua presença. Mas impera também a perspectiva privatista do espaço público e higienista, ao perceber as PSR ocupando esses espaços a população geral toma medidas de distanciamento ou de rejeição violenta sobre o acesso aos bens e serviços públicos ou sobre sua circulação. Outro mecanismo presente na relação das populações com a ocupação dos espaços urbanos é a integração dessa população aos modos burgueses de vida.

A integração dessa população ao modo de vida burguês ocorre às avessas, na medida em que as PSR buscam sobreviver daquilo que é descartado ou desvalorizado pela burguesia. As PSR parecem participar dessa cadeia de produção e de consumo transformando os restos produzidos pela vida burguesa em algo com valor pra si.

Nesta altura nos demos conta que a política, historicamente, trata da espacialidade da polis grega, o burgo trata da espacialidade do comércio na decadência dos estados feudais e nascimento dos estados modernos e a urbanidade trata das subjetividades na contemporaneidade. Enfim, essas palavras – política, burguesia e urbanidade – são sinônimas, indicam o direito ao trânsito e à ocupação dos espaços de convívio. Esses termos se interligam à concepção eurocentrada de cidade, logo observamos uma colonialidade que exclui modos de vida não aderentes às colonizações do ser e do poder (Quijano, 2005).

O mesmo ocorre com a centralidade e facilidade de acesso do Centro POP. Esse equipamento público sofre, no entanto, o pedido constante de remoção por parte dos moradores e dos comerciantes mais centrais da cidade que acreditam que a presença de PSR prejudica o comércio ou a valorização de seus imóveis (Papo Pet Psi, 2022).

A Casa da Acolhida, local para onde são encaminhadas as PSR já triadas pelo Centro POP, fica bastante afastada do centro da cidade. Resumidamente, essa territorialização nos sugere que os lugares centrais e de fácil acesso rejeitam a PSR e dificultam o acesso à assistência e aos bens



públicos, logo, são tratados na lógica privada. A Casa da Acolhida, local para onde são encaminhadas as PSR após triagem técnica é distante do centro da cidade e materializa o baixo valor social desses sujeitos. Assim temos subjetividades rejeitadas e interditas aos bens públicos por meio de uma geografia das ausências (Guimarães *et al*, 2021).

A exclusão fica evidenciada pelo procedimento técnico da triagem. A triagem é uma seleção, com escolha e separação (Campos, 2020). Ao triar, o Centro POP cria uma população excluída entre os excluídos e, seguramente, essa subjetividade sem lugar ocupa um outro espaço, o espaço que encontra e o serve minimamente. Sem objetivo de acumular bens ou de fixar-se em um ponto de referência, a PSR transita e ocupa, mais ou menos transitoriamente, o lugar que permite o ganho do pão diário e realiza o trabalho que permite a sobrevivência, sem outras perspectivas. Essa lógica é distante das ofertas de privacidade, acumulação e segurança das comunidades burguesas.

A subjetividade atravessada pela ausência do direito ao território se repete na história do país. As populações indígenas foram e ainda são expulsas de seus territórios e alocadas em espaços sempre em disputa ou ameaçadas de desapropriação. A população negra escravizada foi jogada para fora (dos centros), marginalizadas, das cidades e das fazendas em suas fugas, comunidades excluídas e, por fim, com a lei que abolia o regime da escravatura. Enquanto os colonos europeus chegavam e recebiam doações de terras do Estado ou benefícios para comprá-las, a população negra jamais recebeu uma gleba de terra. Vimos aqui uma naturalização racista e classista da ocupação do território nacional. Exemplos de ocupação do espaço podem ser vistos em Randin e Silva (2018) e Oliveira (2022).

Trabalho, gênero e lugares

Ao lançarmos um olhar cuidadoso para as pessoas que circulam pelas ruas da cidade buscando compreender como acontecem as interações entre quem utiliza as ruas como passagem para chegar a algum destino e quem ali está por ser a rua o lugar onde vive e trabalha, fica patente que



o modo de vida das pessoas dependentes das ruas é algo que passa despercebido para a grande maioria dos transeuntes no cotidiano da cidade.

É na agitação das ruas e na indiferença dos “com destino” que as PSR buscam seu sustento. Para garantir a sobrevivência fora dos meios formais de produção foram identificadas duas atividades: a busca por produtos já descartados que têm algum valor comercial, como é o caso das latinhas de alumínio, e o gesto de pedir dinheiro, comida, roupas e produtos de higiene.

Também na rua há uma hierarquização ou concorrência para acessar os produtos, no topo estão aqueles que têm mais meios para chegar aos condomínios, residências e prédios comerciais que juntam maior quantidade de latinhas e, conseqüentemente, têm maior lucro. Esses meios podem ser uma bicicleta ou algum contato mais próximo para pegar as latinhas antecipadamente.

Castel (1998) afirma que é o compromisso com as relações de trabalho que nos mantém inseridos na sociedade, ao romper esse compromisso o sujeito sofre uma desfiliação social. Essa ruptura se dá de forma progressiva e o sujeito é excluído, ficando à margem da sociedade ao mesmo tempo que ocorre a perda de seus direitos sociais. Passa a outra classificação social que o estigmatiza: bêbadas(os), mendigas(os), prostitutas(os), loucas(os) e inúmeros outros predicativos que as(os) diminuem e têm o objetivo de torná-las(os) seres de menor valor.

Entretanto, como podemos verificar, as PSR se encontram nesse lugar mencionado por Castel, mas continuam a serviço do capitalismo, à medida em que movimentam uma parte da economia com os reciclados e como veremos mais adiante também estimulam uma rede de serviços de segurança tanto nas áreas comerciais quanto residenciais da cidade em função do medo e desconfiança que geram, devido a imagem negativa e depreciativa que lhes é impingida: - o estigma de serem violentas.

Pessoas transvestidas, corpos não normativos, mulheres tidas como loucas e tratadas de forma violenta ainda que estejam em seu percurso de trabalho, catadoras de latinhas que não podem entrar em um bar, homens que vivem na rua e falam sozinhos também não tem permissão para entrar em restaurantes para pedir comida. Pessoas cujas existência parece não importar, podendo ser consideradas mais descartáveis que outras. Há interesse dos poderes públicos ou do sistema



econômico que essas pessoas sejam mantidas nas ruas? Que papel social elas cumprem? Essas são questões que nos colocamos durante o percurso da pesquisa. Mas, nesse trajeto descobrimos que não há uma única resposta.

No território, nos chama a atenção uma dinâmica observada nos vários pontos de circulação das PSR: as mulheres parecem andar só, também dormem só nas praças. Será esse achado um padrão? Essa observação coincide com estudo realizado por Nardes e Giongo (2021), as mulheres relatam vivências de preconceito por estarem em situação de rua, um cotidiano marcado pela rejeição e repúdio das pessoas que as consideram desocupadas, prostitutas e ladras. Até mesmo os homens que também vivem na rua fazem esse tipo de julgamento quando uma moradora se aproxima mais. O mesmo estudo identifica que a maioria dos vínculos estabelecidos pelas mulheres são com profissionais e usuárias(os) dos serviços públicos e filantrópicos de apoio, é neles que se sentem acolhidas (Nardes & Giongo, 2021). Fica evidenciado que também entre as PSR ocorre violência interseccional. As mulheres ficam em situação de maior vulnerabilidade por estarem na rua e por serem mulheres, sofrendo preconceitos e violências.

Já os homens, ainda que pontualmente, se encontram e trocam algum tipo de comunicação. Entre eles observam-se encontros aparentemente ocasionais nas praças, em alguns desses encontros eles cantam, tocam um instrumento musical e ouvem música nas caixas de som da praça. Entretanto, um muro invisível (às vezes nem tanto) os separa das pessoas que circulam. A camaradagem acontece, às vezes, entre os homens que vivem nas ruas, mas há passagens que indicam que as pessoas que circulam os veem como pessoas perigosas, sujas e que enfeiam a cidade. Até um abaixo assinado foi feito, como já dissemos, para retirada do Centro POP localizado em uma área nobre da cidade, para que as PSR não circulassem por ali (Papo Pet PSI, 2022). Nem mesmo esse destino de acolhimento lhes é permitido, pois é como se transpusessem os muros e se aproximassem demais das pessoas da normatividade dominante, desse modo, as vidas das PSR ficam expostas a uma aleatoriedade ou a uma seletividade e as decisões sobre suas vidas estão frequentemente à mercê de outras(os).



Como outro exemplo referente ao uso da cidade, temos também a praça Dr. Antônio Alves Duarte, local conhecido por ser frequentemente utilizada pelas PSR, esta praça ficou quase quatro anos fechada para reforma e revitalização e, em 2021, foi reinaugurada, com novas funcionalidades, como a instalação de uma sede da Guarda Municipal e capela ecumênica, porém com banheiros públicos inoperantes, dificultando, sem impedir, o uso deste espaço.

A Pesquisa Nacional realizada em 2008 pelo Ministério do Desenvolvimento Social levantou o perfil das PSR, identificou-se que a maioria são homens (82%), não brancos (67%), concentrando-se no intervalo de 25 a 44 anos de idade (55%), 76,1% dos entrevistados sempre viveram no município em que moravam ou em municípios próximos e 71% exercem alguma atividade remunerada (Brasil, 2009). O Censo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) registrou um aumento de 140% de 2012 até março de 2020 no número de pessoas vivendo na rua, somando 222 mil pessoas em situação de rua (IPEA, 2020). Esses dados nos possibilitam refletir sobre alguns aspectos discriminatórios que atravessam essa população e estruturam sua posição social, fragilizando-a. Os dados estatísticos evidenciam o quanto a desigualdade social, o racismo e o gênero marcam a população que vive nas ruas.

No território, as estatísticas ganham outro colorido, nos impacta o quanto homens e mulheres vivenciam sentimentos de inferiorização e desvalorização em função do lugar social que ocupam e o quanto dificilmente partilham esses sentimentos, até mesmo por não terem com quem compartilhar. Quando uma mulher catadora de latinhas, ao ser convidada para entrar em um bar se recusa, num primeiro momento, explicando que nunca permitiram sua entrada por carregar latinhas e andar maltrapilha, quantos sentimentos sofrem autocensura? Quem poderia acolher essa pessoa? Parece ser necessário diminuir a vida, circunscrevendo-a às possibilidades que se apresentam. Não há suporte para que os sentimentos sejam expressos, quanto mais a uma PSR. A mulher não se queixou, informou o que sempre havia sido imposto a ela. A possibilidade de expressão dos afetos parece também ter sofrido com o sistema de exclusão, essas devem ser apagadas, anuladas, pois de nada servem na rua,



não há quem as perceba. As instituições e as pessoas que contam socialmente participam dessa lógica da invisibilidade do sofrimento, do não envolvimento com a dor do outro (Aldeia, 2016).

Nas praças vemos homens, mulheres, pessoas brancas, negras, com deficiência, jovens e idosos, pessoas que falam português e também outros idiomas, provavelmente vindas de outros países vizinhos, da reserva indígena ou imigrantes fugindo de outras carências e violências. É verdade que o neoliberalismo é cruel com aquelas(es) que não interessam ao sistema, mas a rua aparentemente acolhe a todas(os), ainda que o olhar burguês censure, parece ser o que resta. Estamos sujeitos a viver na rua se esse for o preço pelo não enquadre no modelo neoliberal.

Podemos ver que do outro lado da vida dessas pessoas existem inúmeros fatores e outras pessoas, essas com medo, preconceitos e valores que desconsideram outros modos de existir, sem questionar a realidade tal como ela está constituída. Não se trata aqui de colocar alguns do lado errado da história, pois estamos todas(os) sujeitas(os) ao mesmo sistema, mas de tentar compreender o que mantém as PSR vivendo nessas condições, sem acesso a lugares e direitos básicos e sendo alijadas das conquistas de cidadania alcançadas até aqui. Trata-se de entender um Estado que por meio das forças de segurança em alguns momentos expulsa e é violento com as PSR e em outros distribui agasalhos e dá abrigo a elas.

Nos toca pensar que a PSR, antes de ser “[P]SR” é sujeito de direitos e pertence a uma sociedade que pode acolhê-la. Isso se o Estado se disponibilizar a pensar os meios que, de fato, enxerguem a cidadania como um direito de todas(os), sem para isso padronizar os modos de vida. “É exatamente porque um ser vivo pode morrer que é necessário cuidar dele para que se possa viver” (Butler, 2015, p.32).

Subjetividade institucionalizada da Pessoa em Situação de Rua

Há estigmas que cercam a população de rua. Iniciamos pela nomenclatura “Pessoas em Situação de Rua” que denota uma transitoriedade à situação de rua, visto que a norma da sociedade



urbana burguesa é a morada em endereço fixo e em famílias nucleares. As casas que acolhem essas famílias, como aponta Reich (*apud* Oliveira & Cruz, 2009), são construídas com designação de espaços privados ao casal parental e espaços de repressão aos filhas e filhos que devem se desenvolver inseridas(os) em um modelo de submissão, tornando a casa um lugar de reprodução da ideologia capitalista de exploração da(o) trabalhador(a). A família seria, assim, um estado em miniatura e, dessa forma, as relações de poder se apresentam como dispositivos de naturalização da educação repressiva para as relações familiares que se estendem gradualmente para submissão nas demais relações sociais e de trabalho.

Ora, por não seguir o padrão normativo, a PSR evidencia uma resistência aos modos de produção, de repressão e de inibição das subjetividades, não apenas por sua inserção duradoura na vida capitalista de maneira não convencional, mas, sobretudo, por indicar uma possibilidade de vida à margem dos modelos de controle fascistas. Essa população se constitui como ameaça ao bom funcionamento dos regimes autoritários na medida que não se submete aos dispositivos de manutenção rígida da moral social e familiar que adaptam o proletariado em um tipo de religiosidade e de defesa do Estado autoritário que afirma, por exemplo, “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”.

Os mecanismos de repressão sexual familiar estão na base do comportamento inibido, caracterizado pelo medo e pela ausência de capacidade de vinculação para reagir às injustiças e o não enquadramento de uma parcela da população, neste caso, das PSR, os associa às identidades de imorais, promíscuas(os) e obscenas(os), além de vagabundas(os) e opositoras(es) da ordem moral que organiza a sociedade.

Nesse processo de desfiliação a que estão submetidas as PSR é possível identificar o sentimento de não integrante da mesma espécie, pois não é visto, passa a ser um nada e sua existência não importa. Deste modo estabelece suas regras, segue o seu caminho fazendo da rua sua morada, acostumando-se à violência presente em seu cotidiano. Mas, PSR rejeitam o apoio ofertado pelas políticas públicas, uma vez que estas atuam no sentido de fazer com que se ajustem às normas sociais hegemônicas, e essa condição pode ter sido perdida a depender do tempo em que se vive na rua.



Acabam por fazer uma escolha pela rua, ainda que esta seja a mais dolorida (Aldeia, 2016). É possível pensar Políticas Públicas que considerem as histórias de desfiliação das pessoas, propondo processos diferenciados de assistência e acolhimento?

Apesar de haver poucas pesquisas descritivas dessa população, os dados apontados no Censo de 2007/2008 (específico para a População de Rua) e os levantamentos acessados (IPEA, 2020), nos informam que a maior parte das Pessoas em Situação de Rua (70,9%) é constituída por trabalhadoras(es)”, são catadoras(es) de recicláveis, guardadoras(es) e lavadoras(es) de veículos e auxiliares da construção civil. Estão, no entanto, sem vínculos empregatícios oficiais (Brasil, 2009). Vale ressaltar o preconceito de gênero que se aloja neste ponto: as mulheres em situação de rua não usam o sexo para sobreviver, não usam o corpo como moeda de troca por comida ou dinheiro, não são prostitutas e trabalham como catadoras de recicláveis, tal qual os homens. Uma parte menor dessa população, mas não pouco significativa, mora na rua por opção. A maior parte dessas pessoas está nas ruas devido às condições econômicas: desemprego e despejo têm destaque nessas condições.

Haver pessoas que vivem nas ruas, por mais de cinco anos, pode indicar a existência de grupos resistentes ao padrão burguês e outra parte, a que está nas ruas por falta de opção e em função das escolhas econômicas do governo, indica uma ausência de Políticas Públicas de acolhimento a uma população explorada e descartada pelo capital que se apresenta como consequência natural da administração neoliberal das subjetividades: - quem fracassa em um ponto da concorrência meritocrática, é descartada(o).

Mais uma vez os dados confrontam a percepção do senso comum. A representação de pessoas imorais e sem trabalho faz com que se cole à imagem das PSR as características de indesejáveis – pelos aspectos morais – e de fracassadas(os) – pelo viés do trabalho na sociedade neoliberal –. Haver entre essas pessoas trabalhadoras(es) e também pessoas que, mesmo em condições precárias, preferem as ruas do que morar com suas famílias, levanta a hipótese de que há outras formas de existência fora dos moldes hegemônicos da família tradicional burguesa.



Avançamos em nossas observações e reflexões sobre essa população em nossa cidade, notamos que a presença concomitante de Pessoas que permanecem longo tempo e por opção própria em Situação de Rua, Centro POP e Casa da Acolhida significam que as Políticas Públicas postas em marcha por esses equipamentos estatais são, no mínimo, excludentes. A nomenclatura “Pessoa em Situação de Rua” certamente se refere às pessoas em trânsito ou em busca de emprego fixo, se aplica a uma subjetividade à margem cujo desejo é o de retorno ao Centro: casa, trabalho, consumo, acúmulo de bens... O léxico “Centro” faz um efeito de sentido: retorno ao território supostamente seguro do proletariado, ponto localizado no meio das relações de poder, das relações de produção. A Casa da Acolhida recebe aquelas(es) que, do ponto de vista do capital, merecem ser acolhidas(os) em casa.

A “Pessoa em Situação de Rua” carrega também efeitos semânticos. A palavra “Pessoa” nos remete às doutrinas humanistas que assim se refere ao ser humano. Podemos ver exemplos desse uso consagrado nos livros clássicos: Tornar-se pessoa (Rogers, 1991); De pessoa para pessoa (Rogers & Stevens, 1992) e também pela presença do termo “Dignidade da Pessoa Humana”, no terceiro artigo da Constituição Cidadã (BRASIL, 1988) para introduzir a busca de respeito aos Direitos Humanos. Também podemos nos remeter aos inúmeros artigos que enfatizam os direitos de todas as pessoas mencionadas na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Assim, pela memória linguística, podemos associar que a Pessoa em Situação de Rua é uma forma de afirmar que há um sujeito de direitos em situação de rua, um sujeito cujos direitos humanos são violados por uma situação de rua, ou ainda, há uma experiência validada de sujeitos em situação de rua e é possível ser humano, ser pessoa como qualquer outra pessoa mesmo estando em situação de rua.

A heterogeneidade contida no termo PSR, como demonstramos, mistura sujeitos atendidos pelos equipamentos públicos de assistência e acolhimento à população e sujeitos não enquadrados nos critérios de atendimento. Essa mistura permite a aparência de que a assistência esteja disponível, sem, contudo, ser acessada por todas(os) que podem dela usufruir. Assim, permanecem invisibilizadas(os) ou são camufladas(os) sujeitos excluídos, como se fossem alvos que escapam de



Políticas Públicas efetivas. Com este mecanismo é mantida a ilusão de que haja assistência para todas(os). Evidentemente não se trata de inserir a qualquer custo na assistência (que objetiva enquadrar no padrão burguês urbano) aqueles que optaram pela vida na rua, mas propiciar a elas(es) condições mais dignas de vida: saúde, segurança, assistência social, segurança alimentar e cuidados pessoais, entre outros direitos.

O autor Franco (2022), nos afirma que é preciso pensar as PSR como falha do Estado. Ressaltamos então esse pensar, não como se o Estado fosse capaz de impedir sua existência na rua, mas que seja capaz de transformá-la, se empenhando para fornecer escolhas reais em uma vida com importantes funções e que caberá a PSR decidir qual exercer.

Uma dinâmica de exclusões e expropriações permanece naturalizada em nosso país. Não por outro motivo, que não o racismo, mantém pessoas nas ruas - em maior número de pessoas racializadas, excluídas também de seus direitos civis. Haver entre elas(es) algumas(ns) com família em boas condições econômicas, com estudos ou outras características da sociedade burguesa, apenas reafirma o paradoxo imposto pelo discurso neoliberal: é possível permanecer ativo nos meios de produção reconhecidos, mas a que preço? É possível também optar pela vida na rua, mas quanto custa essa opção?

Ao operar políticas públicas excludentes, o governo se desresponsabiliza pelos sujeitos excluídos. Afinal, são as(os) excluídas(os) das Políticas Públicas dirigidas a elas(es), as(os) não aderentes aos programas de governo. Em 8 de dezembro de 2020, o ministro da economia Paulo Guedes, afirmou com assombro existirem 40 milhões de brasileiros invisíveis e identificados pela assistência emergencial da pandemia (FORBES, 2020). Nosso assombro é ter visto, explicitamente, que o governo de Jair Bolsonaro não sabia que um quinto da população estava à margem das Políticas Públicas, excluída de qualquer projeto e do orçamento do país. Mesmo após a descoberta noticiada, não houve mobilização para identificar e construir projetos para assistir essa população, houve apenas a distribuição de um dinheiro sempre insuficiente.



Considerações Finais

Como caminhos para singelas conclusões sobre a PSR podemos elencar as construções absorvidas, produzidas e moldadas por olhares diferentes das hipóteses iniciais, na cidade de Dourados. Fomos atravessadas(os) por conhecimentos que pensávamos ter um mínimo de noção, mas descobrimos que são bem diferentes do que imaginávamos, das expectativas que introduziram a pesquisa a única certeza que temos é que a PSR se movimenta em busca resistente de vida.

O mapa conceitual apresentou uma dinâmica relacional que constituiu as(o) pesquisador(as) diante dos atravessamentos que a pesquisa influenciou na concepção, não só acadêmica, como também pessoal dos sujeitos envolvidos neste artigo. A cartografia nos permitiu fluidez processual e transformou o resultado de acordo com as mutações de concepção e de acesso aos campos teóricos e práticos.

Os apontamentos produzidos mostram que, ao contrário do pensamento inicial sobre a invisibilização e exclusão desse grupo, a PSR é visibilizada na medida em que é necessária ao poder público e privado, sendo um objeto de negociação tanto nas Políticas Públicas quanto nas concepções privadas de ocupação dos espaços. A PSR, portanto, está sujeita aos discursos neoconservadores como tantos outros sujeitos e grupos produzidos e objetificados no capitalismo.

Sua presença nos espaços é constantemente rejeitada e marginalizada. Isso é expresso por abaixo assinados que pedem a troca de local dos equipamentos públicos que atendem a PSR, como também o fechamento prolongado de praça para reforma e entrega da mesma sem o funcionamento dos banheiros públicos. A subjetividade de corpos normativos e não normativos, de gênero, de capacidade de trabalho e de diferenças étnicas e linguísticas também apontam singularidades complexas que geram in(ex)clusões entre sujeitos já excluídos de direitos plenos de cidadania.

Também foi notória e sutil a diferença nas relações e formas em que as mulheres em situação de rua apareceram, comparadas aos homens em situação de rua encontrados no campo. Elas aparentam ter mais dificuldade, ou seria resistência, em se relacionarem/participarem de grupos nas



ruas, optando por ficarem sozinhas e tentarem se camuflarem com os espaços, buscando não chamar atenção, e mesmo assim, correndo o risco de se tornarem alvos fáceis de agressividade.

Ainda assim, há PSR em constante movimento, percorrendo a cidade em busca de renda ou também alguma qualidade de vida possível, como cantarolar pelos espaços, formar grupos em pontos de encontro e organizar alguma divisão territorial para a atividade de coleta de recicláveis.

Salientamos que os resultados desta pesquisa não são conclusivos, totalizantes ou universalizantes, pois diante do objeto fluido e volúvel/volátil estudado, mesmo com recorte temporal e espacial restritos, percebemos haver constante movimento nas relações da PSR com os espaços.

Consideramos serem necessários novos estudos dos campos da Sociologia, da História e da Geografia sobre a PSR para que possam ser reconstruídas Políticas Públicas com formatos que alcancem a diversidade de realidades sociais e subjetividades constituídas nesse grupo.

Referências

AGORA MS. (2021). *Dia Nacional de Luta da População em Situação de Rua é marcado por atendimento em Dourados*. Dourados, 19 ago. 2021. Recuperado de <https://www.agorams.com.br/dia-nacional-de-luta-da-populacao-em-situacao-de-rua-e-marcado-por-atendimento-em-dourados/>.

Aldeia, J. M. M. A. (2016). *Governar a vida na rua. Ensaio sobre a bio-tanato-política que faz os sem-abrigo sobreviver*. (Tese de doutorado). Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, Portugal.

Brasil. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Senado Federal.

Brasil. (2008). *Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua*. Brasília, MDS, SAGI, Meta.

Brown, W. (2019). *Nas Ruínas do Neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. Politeia.

Butler, J. (2015). *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* (4a. ed). Civilização Brasileira.7



Campos, X. R. (2020). *Representações discursivas sobre o mal-estar e itinerários na rede de atenção psicossocial*. (Dissertação de mestrado). Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, Brasil.

Castel. R. (1998). *Metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Vozes.

Franco, W. E. J. (2022). O discurso do estado na subjetivação de sujeitos em situação de rua. *RUA*, 28(1), 69-89.

FORBES. (2020). *Guedes cita regime extraordinário para inserção de invisíveis no mercado de trabalho*. Recuperado de <https://forbes.com.br/forbes-money/2020/12/guedes-cita-regime-extraordinario-para-insercao-de-invisiveis-no-mercado-de-trabalho/>

Guimarães, G. F. et al. (2021). *Geografias negras e estratégias pedagógicas*. Pedro & João Editores.

IPEA. (2020). NT 73 – Junho de 2020 – Estimativa da População em Situação de Rua (Setembro de 2012 a março de 2020).

Nardes, S., & Giongo, C. R. (2021). Mulheres em situação de rua: memórias, cotidiano e acesso às políticas públicas. *Rev. Estud. Fem.*, 29(1).

Nascimento, E. P. (2000). Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. In BURSZTYN, M. (Org.), *No meio da rua: nômades excluídos e viradores* (pp. 56-87). Garamond.

Oliveira, D. M., & Cruz, M. H. S. (2009). Sobre a Psicologia de Massas do Fascismo de W. Reich. *Revista Psicologia e Saúde*, 1(1), 70-76.

Oliveira, D. A. (2022). Existências desumanizadas pela colonialidade do poder: necropolítica e antinegritude brasileira. *GEOgraphia*, 24(53).

Papo Pet (2022, junho). *PAPO PET PSI: #03: O Centro POP e as especificidades do serviço em Dourados/MS*. Papo PET Psi - UFGD. <https://open.spotify.com/episode/7ekEUF96ZE0cm75qUm3q6Q?si=7e340bad7b96469e>

Passos, E., Kastrup, V., & Escóssia, L. (Org.). (2020). *Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Sulina.



Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander, E. (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e Ciências Sociais* (pp. 227-278). CLACSO.

Radin, J. C., & Silva, C. M. (2018). 'Um vasto celeiro': representações da natureza no processo de colonização do oeste catarinense (1916-1950). *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.*, 13(2), 681-697.

Reis, D. S. (2022). A Colonialidade do Saber: Perspectivas Decoloniais para repensar a Univers(al)idade. *DEBATES & CONTROVÉRSIAS Educ. Soc*, 43.

Rogers, C. (1991). *Tornar-se pessoa*. Martins Fontes.

Rogers, C., & Stevens, B. (1992). *De pessoa para pessoa*. Pioneira.

Santos, M. (1996). *O espaço do cidadão*. 3a. ed. Nobel.

Silva, L. C. *Cartografias de mulheres na prostituição: territórios, heterotopias e suas interfaces com a psicologia*. (Tese de doutorado). Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Assis, SP, Brasil.

Souza, J; (2009). *Ralé brasileira: quem é e como vive*. UFMG.